



Nesta última sexta-feira ( 17) o ato público “Direitos Humanos, sim” reuniu ativistas dos direitos humanos em apoio à reeleição da candidata do PT, Dilma Rousseff, no Centro do Rio. Leonardo Boff, teólogo e escritor, deu uma entrevista exclusiva ao JB e declarou que não vê

como possível uma mudança no Brasil sem uma reforma política que, por sua vez, não tem condições de acontecer através do Congresso. Para ele, é necessário fazer uma consulta popular e, cada vez mais, uma democracia participativa.

“Eu acho que, enquanto não houver uma reforma política, tudo no Brasil continuará como antes: as grandes empresas financiando as eleições, corrupção, e o povo sempre de fora. A reforma política é a promessa que a Dilma sempre repete. Só que essa reforma não vai acontecer via Parlamento, porque os deputados nunca vão votar contra seus próprios interesses. Essa reforma tem que acontecer via plebiscito, via consulta popular, ou através de uma Constituinte exclusiva, escolhendo participantes de todos os setores da sociedade e, juntos, elaborar um consenso sobre o que se fazer para reformar a política. Podemos discutir um governo parlamentar, por exemplo, não só presidencial”, disse ele.

Apesar de muitos considerarem essa reforma política utópica, um grupo grande da sociedade já vem se manifestando para tal. O plebiscito informal, puxado por movimentos sociais, que consultaram a sociedade sobre uma possível Constituinte para discutir o sistema eleitoral, conseguiu sete milhões de adesões, sendo 97% a favor da criação de uma Constituinte. O resultado foi entregue nesta semana ao Congresso Nacional, na busca da convocação de um plebiscito oficial, feito pelo Congresso.

Direitos Humanos, como a proposta de redução da maioria penal, o papel da mulher na sociedade e a atuação dos agentes do Estado durante as manifestações, questões levantadas pelo ato político.

Para ele, o papel da mulher vem sendo deturpado por uma sociedade machista e patriarcal. Sobre isso, ele vê, em Dilma, uma mudança na política brasileira. “A entrada de mulheres na política, como Dilma, valorizou muito a mulher e feminilizou um pouco a política, trazendo à política as virtudes próprias da mulher. A mulher é mais dada ao diálogo, à colaboração, à solidariedade”, acrescentou.

O teólogo comentou as manifestações de junho, que foram muito criticadas pelo papel do Estado na repressão violenta. “Os jovens querem reinventar o Brasil, querem um país diferente. Eu também quero. Do lado da democracia representativa tem que ter a democracia participativa. As grandes questões de movimentos sociais têm que ser vistas pelos governos, por exemplo, com auditorias com representantes dos movimentos. Tem que se arranjar um jeito dessas questões serem discutidas e, juntos, decidirmos por direcionamentos.

A luta é por um outro Brasil de um governo, não de negociata, mas de participação popular e transparência”.

“Se tomarmos como critério a igualdade social e a igualdade perante a lei e o respeito aos direitos, a nossa democracia parece como uma farsa. É um dos países mais desiguais do mundo, onde não se respeita os direitos humanos. Somos uma democracia de baixa intensidade. O que queremos é uma democracia mais intensa, que venha de baixo para cima e de cunho verdadeiramente republicano. Ou seja, que as coisas de cunho público sejam para o povo. Não simplesmente grandes projetos, grandes fábricas, mas uma democracia que sirva ao povo”.

A redução da maioria penal é um dos temas mais polêmicos dessa eleição. Os candidatos já se posicionaram claramente, sendo Aécio a favor e Dilma, contra. Para Boff, que é contra, esta é uma questão de responsabilidade do Estado. “O pior malefício é que a redução da maioria penal joga o jovem em prisões que são a pior escola de criminalidade, entende-se como uma punição e não como um processo de recuperação e integração na sociedade. Deve ter prisões especiais para eles que possam educá-los, recuperá-los para a sociedade. Não podemos entregar os jovens aos leões. Seria uma irresponsabilidade do Estado, sabendo que as prisões brasileiras são uma das coisas mais vergonhosas e que mais ofendem os direitos humanos. Tem que se criar instituições onde os jovens possam ser não tanto punidos, mas educados e integrados”.

\*do programa de estágio do JB